

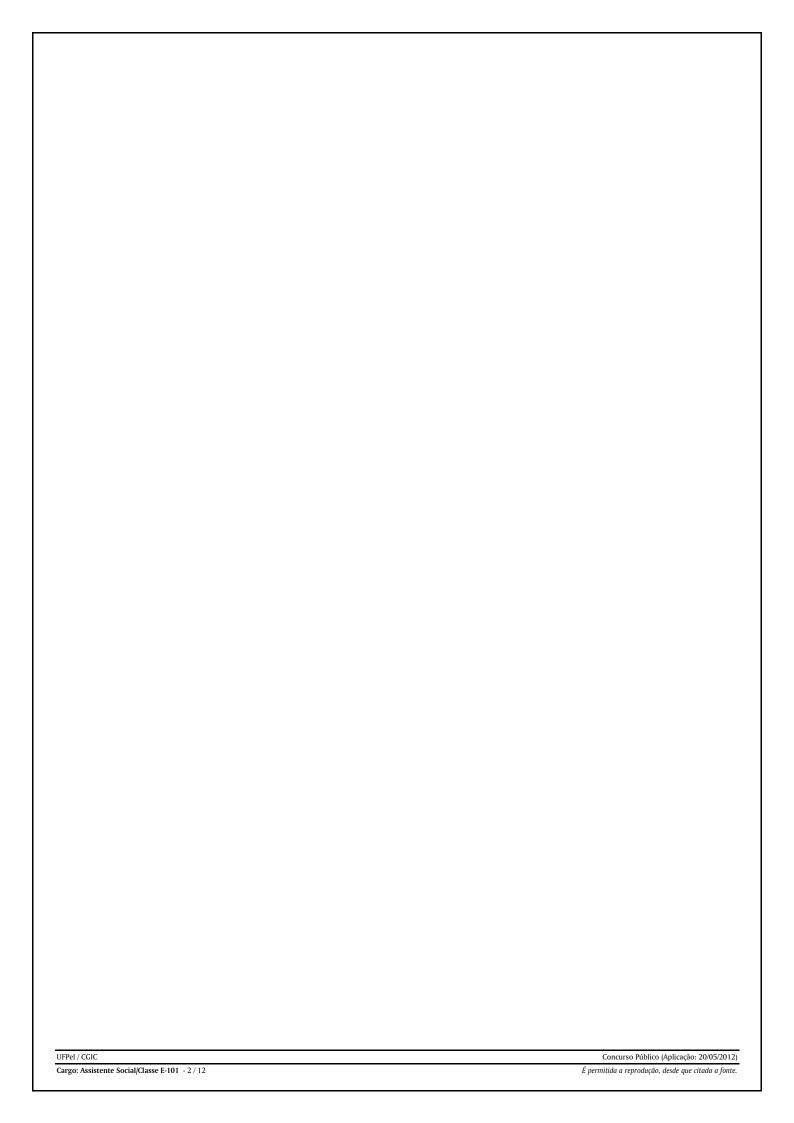
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - CGIC

Concurso Público (Aplicação: 20/05/2012)

Cargo: Assistente Social/Classe E-101

LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTES INSTRUÇÕES:

- ➤ Verifique, nos espaços devidos do CARTÃO-RESPOSTA, se o número de controle é o mesmo que está ao lado do seu nome na folha de chamada. Caso o número de controle não corresponda ao que está nessa folha, comunique imediatamente ao fiscal de prova. Não se esqueça de assinar seu nome no primeiro retângulo.
- ➤ Marque as respostas das questões no CARTÃO-RASCUNHO, a fim de transcrevê-las, com caneta esferográfica preta, de ponta grossa, posteriormente, no CARTÃO-RESPOSTA.
- Não pergunte nada ao fiscal, pois todas as instruções estão na prova. Lembre-se de que uma leitura competente é requisito essencial para a realização da prova.
- ➤ Não rasure, não amasse nem dobre o CARTÃO-RESPOSTA, para que ele não seja rejeitado pela leitora.



As questões de 01 a 08 deverão ser respondidas com base no texto abaixo:

PESSOAS

m recente evento cultural em nossa cidade, cuja pauta era a metodologia da educação, professores debatiam recursos materiais, tecnologias e novas ferramentas de apoio ao melhor desempenho pedagógico. Um dos painelistas encaminhou a assistência à reflexão ao dizer, repetir e assinalar a frase que redirecionou a programação:

– Amigos, não podemos esquecer que tudo
 10 vai muito bem, mas o importante é que trabalhamos com pessoas. Nosso foco é gente.
 Pessoas, só pessoas!

Não que o expositor pretendesse invalidar o tema tecnológico ou quisesse fazer qualquer desconstituição do núcleo proposto pelos organizadores, mas alertava para a relevância das pessoas para quem trabalha em educação. Logo começaram as conversas paralelas, acentuadas nos intervalos para o café e a água mineral. Reflito agora também.

Não existe atividade humana que não seja voltada para as pessoas.

O zelador de um zoológico tem como objetivo atender pessoas. Quando vai à jaula e trata do leão, faz isso por causa das pessoas que virão ao parque para olhar e curtir os animais. Pareceu-me óbvia a conclusão, mas a ela chegaram após aquela advertência inicial. Planta-se, cultiva-se, colhe-se, tudo se faz por causa e para as pessoas. Somos seres postos sobre o planeta para uma vida de relação. Preocupa-nos o ambiente? Por causa das pessoas e não das árvores. Para quem os frutos e a sombra? Toda a festa de beleza que a Natureza oferece tem sentido por causa das pessoas,

Cláudio Brito, Zero Hora, 02/04/2012

1

Segundo o texto, o evento cultural comentado pelo articulista visava, primordialmente, ao debate sobre

- (a) economia de mercado.
- (b) métodos de aprendizagem.
- (c) sustentabilidade.
- (d) meio-ambiente.
- (e) tecnologias de informação.

acontece para as pessoas. Escrevemos e publicamos para sermos lidos pelos demais, que para o ermitão bastaria o pensar. E até o náufrago solitário na ilha mais deserta, ou ainda aquele que voluntariamente retirou-se, mesmo esses têm a mente voltada para as lembranças que outras pessoas causaram. O amor e o ódio, a verdade e a mentira, quaisquer sentimentos, o sorriso e a dor, as reações das pessoas têm como alvo outras pessoas. Mesmo Narciso, em seus delírios de egocentrismo, vendo a imagem refletida no lago em que morreu, chegou à tragédia seduzido pela pessoa que o espelho d'água lhe mostrava, ainda que fosse ele mesmo, mas uma pessoa.

Não são apenas os professores, mas 50 todos nós só daremos sentido ao que fazemos se o fizermos para todas as pessoas. Todos os atos e fatos dos homens e das mulheres têm causa e consequência nos encontros e desencontros de homens e mulheres. O comportamento cidadão, 55 tão desejado e que se quer construir com a solidez que as Constituições dos países respaldam, acontece em sociedade. Pessoas formam famílias, tribos, clubes e partidos políticos. Organizam-se em empresas ou 60 instituições, públicas ou privadas, mas sempre são pessoas que giram a roda do mundo. Da provocação daquele professor recolheu-se a certeza de que temos esquecido ou relegado à pouca relevância a verdadeira missão que nos cabe: cuidar para que as pessoas tenham motivação, interesse e lhes seja possível e agradável viver com pessoas. Pessoas, só pessoas. É o que somos.

2

Para o painelista referido no texto,

- (a) o cidadão prescinde da sociedade para exercer seus direitos e deveres.
- (b) as profissões devem visar, precipuamente, ao sucesso financeiro de quem as exerce.
- (c) o homem só se constitui em relação com o outro.
- (d) a robótica pode substituir, perfeitamente, o trabalho humano.
- (e) os professores são os únicos profissionais que devem considerar a relevância das pessoas no trabalho desempenhado.

Das afirmações seguintes:

- Na linha 2, a expressão ... cuja pauta era...está se referindo ao assunto do evento.
- II) Em **redirecionou** (linha 7), o elemento **re** permite inferir que já havia uma direção anterior.
- III) O painelista usou o exemplo do zelador do zoológico (linha 23) para explicar seu ponto de vista.

está (ão) correta(s)

- (a) apenas a II e a III.
- (b) apenas a II.
- (c) apenas a l e a II.
- (d) apenas a III.
- (e) a l, a ll e a lll.

4

Na sequência "<u>Quando</u> vai à jaula e trata do leão, faz isso <u>por causa</u> das pessoas..." (linhas 24 e 25), os nexos sublinhados expressam, respectivamente, uma relação de

- (a) proporcionalidade e adversidade.
- (b) adversidade e conformidade.
- (c) conformidade e proporcionalidade.
- (d) temporalidade e causalidade.
- (e) causalidade e temporalidade.

5

O único par que estabelece uma relação correta entre referente e referido é

- (a) isso (linha 25) vai à jaula e trata do leão.
- (b) ela (linha 27) advertência inicial.
- (c) esses (linha 39) o náufrago solitário.
- (d) seus (linha 44) delírios.
- (e) lhe (linha 47) espelho d'água.

6

A palavra **ermitão** (linha 37) poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por

- (a) analfabeto.
- (b) iletrado.
- (c) solitário.
- (d) estrangeiro.
- (e) incapaz.

7

A sequência ... **para sermos lidos pelos demais,** ... (linha 36), poderia ser substituída, sem prejuízo do sentido, pela estrutura

- (a) para que fôssemos lidos pelos demais.
- (b) para que tenhamos sido lidos pelos demais.
- (c) para termos sido lidos pelos demais.
- (d) para que sejamos lidos pelos demais.
- (e) para que houvéssemos sido lidos pelos demais.

8

A manifestação do jornalista sobre o que é relatado encerra um juízo de valor que se configura como uma

- (a) contestação.
- (b) ironia.
- (c) negação.
- (d) reprovação.
- (e) aprovação.

9

De acordo com o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, no Capítulo V, artigo 18 do Sigilo Profissional, a quebra do sigilo só é admissível

- (a) quando houver intimação para depoimento judicial em Varas Especiais.
- (b) quando houver trabalho multidisciplinar e a equipe solicitar informações complementares para uma intervenção integrada.
- (c) quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.
- (d) quando se tratar de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
- (e) quando servir como testemunha na Delegacia Seccional do CRESS para fins de averiguação das condições de trabalho que não sejam dignas e possam prejudicar os usuários.

10

Em observância com a Lei de Regulamentação da Profissão, nº 8.662/93, em seu artigo 5°, constituem atribuições privativas do Assistente Social:

- dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- II) planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- III) elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.

Dessas afirmações,

- (a) a l e III estão corretas.
- (b) apenas a I está correta.
- (c) apenas a II está correta.
- (d) a l e II estão corretas.
- (e) a II e III estão corretas.

11

A Resolução CFESS n° 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social, prevê, em seu artigo 3°, parágrafo Único, a definição do número de estagiários a serem supervisionados pelo supervisor de campo, estabelecendo que

- (a) o limite máximo não deverá exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho.
- (b) o limite mínimo de 2 (dois) estagiários deverá ser estabelecido para cada 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.
- (c) o limite máximo não deverá exceder 10 (dez) estagiários para cada 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.
- (d) o limite máximo não deverá exceder 4 (quatro) estagiários para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho.
- (e) o limite máximo não deverá exceder 4 (quatro) estagiários para cada 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

12

De acordo com Maria da Graça Türck (2002), a formação de Redes Internas

- (a) deve ser viabilizada com recursos tecnológicos, bem como conhecimentos de operacionalização desses sistemas.
- requer solidariedade humana, conhecimento das contradições sociais e predisposição ao método de superação dialética.
- (c) deve, em um primeiro momento, desatar os "nós" criados pelos conflitos internos para, em um segundo momento, estabelecer as relações de intercâmbio entre os diversos segmentos integrantes do processo.
- (d) passa pelo compartilhamento dos sujeitos, pela intercomunicação entre eles, pela inclusão e pelo interesse comum.
- (e) passa pela criação de um banco de dados que deve ser constantemente atualizado, conforme a demanda criada pelas determinações sociais.

A Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB) e, em seu Título II, artigo 2º, dos Princípios e Fins da Educação Nacional, define:

- (a) A educação, direito da família e dever do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, garantindo-lhe igualdade de acesso e gratuidade de ensino.
- (b) A educação, direito da família e dever do Estado, inspirada nos princípios de liberdade, igualdade e solidariedade social, tem por finalidade o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o mercado de trabalho.
- (c) A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- (d) A educação, direito da família e dever do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade, garante ao educando igualdade de acesso e gratuidade nos órgãos oficiais de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, visando o pleno exercício da cidadania.
- (e) A educação, dever da família e do Estado, ministrada com base nos princípios de liberdade, igualdade e solidariedade, pluralismo de idéias e de práticas pedagógicas, garantindo um padrão de excelência que qualifique o cidadão para o trabalho e potencialize a capacidade de cada um, possibilitando acesso aos níveis mais elevados de ensino, pesquisa e extensão.

14

Marilda lamamoto, em sua obra "O Serviço Social na Contemporaneidade", define a *prática profissional* como a atividade do assistente social na relação com o usuário, os empregadores e os demais profissionais. No entanto, "esta atividade é socialmente determinada por *condições sociais* nas quais se realiza, distintas da prática e a ela externas, ainda que nela interfiram" (p. 94). **Tais condições, segundo a autora, são:**

- (a) os recursos disponibilizados para o trabalho do assistente social, o poder de decisão delegado ao profissional, o conhecimento do assistente social em torno da realidade conjuntural, a eficácia das políticas sociais.
- (b) as políticas sociais específicas, a lei de regulamentação da profissão que deve garantir condições de trabalho ao assistente social, a

- interpretação que o empregador tem do Serviço Social, a questão social e suas manifestações.
- (c) os recursos colocados à disposição pelo empregador, as políticas sociais específicas, a eficácia da legislação social em vigor, o significado sócio-histórico da profissão por parte do assistente social, do empregador, das outras profissões e do usuário.
- (d) as relações de poder institucional, os recursos colocados à disposição para o trabalho pela instituição que contrata o assistente social, as políticas sociais específicas, os objetivos e demandas da instituição empregadora, a realidade social da população usuária.
- (e) os recursos disponibilizados para o trabalho do assistente social, a formação profissional, a capacidade de iniciativa e decisão do assistente social, o significado atribuído à dimensão ética por parte do profissional de Serviço Social, a demanda da população usuária, os objetivos da instituição empregadora.

15

Marilda lamamoto, em sua obra "Serviço Social na Contemporaneidade", defende a necessidade de "decifrar os determinantes e as múltiplas expressões da questão social, eixo fundante da profissão" (p. 114). Assim, segundo a autora, dar conta da questão social, hoje, é:

- (a) entender o processo de globalização e suas desigualdades decorrentes como o desemprego e violência. Mas conferir, também, as alternativas concretas e existentes que se contrapõem ao capitalismo.
- (b) compreender a lógica neoliberal e suas consequências e pensar a implantação de processos socialistas, retraduzindo, no campo da legalidade, a igualdade social.
- (c) sustentar uma interlocução de paradigmas no debate contemporâneo do Serviço Social, de modo que a profissão não se alheie das múltiplas tendências teóricas que hoje atravessam a produção das ciências sociais para poder criar formas mais viáveis de resistência à lógica do capitalismo.
- (d) considerar a necessária análise politicista das políticas sociais para encontrar formas de resistência às práticas assistencialistas que só reforçam a lógica de acúmulo de riquezas e injusta distribuição de renda.
- (e) decifrar as desigualdades sociais de classes em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade. Mas decifrar, também, as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais.

A Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, nomeada Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. Em seu capítulo IV, Seção I dos Benefícios de Prestação Continuada, o artigo 20 estabelece:

- (a) O benefício de prestação continuada é a garantia de 1/3 (um terço) do salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.
- (b) O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.
- (c) O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.
- (d) O benefício de prestação continuada é a garantia de 1/3 (um terço) do salário mínimo mensal às famílias chefiadas por mulheres, comprovadamente em situação de vulnerabilidade social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 60 (sessenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.
- (e) O benefício de prestação continuada é a garantia de 1/4 (um quarto) do salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

17

Domingos Armani (2009) identifica o "Ciclo de um Projeto" através dos principais momentos e atividades a seguir listadas:

- (a) Identificação e Diagnóstico; Determinação de Viabilidades; Plano Operacional; Avaliação.
- (b) Diagnóstico da Problemática; Formulação do Objetivo; Identificação dos Fatores de Risco; Execução; Monitoramento e Avaliação.
- (c) Diagnóstico; Intervenção; Avaliação; Replanejamento.

- (d) Identificação da Problemática; Elaboração dos Objetivos Gerais e Específicos; Estudo de Viabilidades; Aprovação; Execução; Avaliação.
- (e) Identificação; Elaboração; Aprovação; Implementação com M&A; Avaliação; Replanejamento.

18

Alzira Maria Baptista Lewgoy afirma, em sua obra "Supervisão de Estágio em Serviço Social" (2009), que a matéria-prima da supervisão de estágio é o "espaço de ensino-aprendizagem" porque

- (a) o supervisor tem oportunidade de adquirir novos conhecimentos e inteirar-se com competência e atualidade, e o supervisionado tem a oportunidade de refletir a prática e se beneficiar pela experiência do supervisor.
- (b) ocorre a verdadeira relação teórico-prática em que o aluno supervisionado vivencia a práxis acompanhada pelo supervisor.
- (c) existe a vivência da aprendizagem no cotidiano profissional em que predomina uma relação de troca entre supervisor e supervisionado.
- (d) existem desafios e reafirmação de compromissos expressos tanto pelo supervisionado quanto pelo supervisor.
- (e) é a interação da trilogia supervisionado, supervisor de campo e supervisor acadêmico.

19

Marilena Chauí, em seus "Escritos sobre a universidade" (2001), concebe a universidade como

- (a) uma instituição da federação, co-partícipe do Ministério da Educação, na elaboração e implementação das políticas educacionais.
- (b) uma instituição retrógrada, distante da realidade que a cerca, por isso, os trabalhadores da educação no ensino superior estão desafiados a não somente qualificar o conhecimento, mas também inseri-lo na realidade.
- (c) uma expressão da contradição social ante o desafio das demandas da realidade e do conhecimento disponível para atendê-la.
- (d) uma instituição social que exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte, não sendo é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada.
- (e) uma instituição que exprime uma incompatibilidade entre a vocação política e a vocação científica.

22

Rosamélia Guimarães e Silvana Almeida (2008), em suas "Reflexões sobre o trabalho social com famílias", destacam que o trabalho de metodologia de abordagem com famílias pobres tem, como princípio básico,

- (a) levar em consideração o conceito que a própria família tem de si.
- (b) qualificar os trabalhadores sociais para abordagens com famílias vulneráveis.
- (c) elevar a família à condição de parceira dos programas sociais.
- (d) identificar a rede que cerca o grupo familiar a fim de avaliar a amplitude de possíveis ações.
- (e) contextualizar a capacidade afetiva dos membros do grupo familiar para medir o ponto de partida da abordagem.

21

Segundo Carlos Simões (2008), o conceito de serviço público, nas constituições brasileiras e na legislação ordinária

- (a) aplica-se à administração pública segundo o contexto político de seus dirigentes, sob a legislação estatal, para atender a população de modo universal.
- (b) refere-se aos agentes políticos eleitos ou nomeados que têm a atribuição de servir os interesses e as necessidades da sociedade, através de recursos e legislações previstas para tais fins.
- (c) classifica-se em três modalidades: serviços primordiais, que são aqueles úteis à comunidade; secundários, que não são essenciais mas de conveniência, e terceirizados, que são aqueles contratados pelo poder estatal em circunstâncias ocasionais.
- (d) caracteriza-se por uma personalidade jurídica de direito privado, constituído com capital exclusivamente do Estado, para servir a população em caráter universal.
- (e) altera-se, segundo as exigências da sociedade civil, em cada momento histórico. É o serviço prestado pela administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer as necessidades essenciais ou secundárias da população.

Myriam Veras Baptista aponta, em seu livro "Planejamento Social" (2000), um "falso dilema" no momento do profissional planejar uma intervenção: a demanda institucional de um lado e a demanda dos usuários de outro lado. De acordo com a autora, trata-se de um "falso dilema" porque o assistente social deve ser capaz de

- (a) elaborar um planejamento com a participação dos gestores institucionais e seus demandatários.
- (b) reestruturar essa demanda, mediando interesses diversos, numa determinada direção éticopolítica, o que significa reconstruir o objeto da intervenção.
- (c) avaliar os recursos disponíveis para desenvolver um trabalho que reconheça suas limitações através de indicadores bem concretos.
- (d) enfrentar a situação de modo a expor os conflitos da forma mais transparente possível para que, em um segundo momento, cada lado, instituição e usuários, elabore um autoconhecimento das limitações impostas.
- (e) contratar a equipe técnica disponível na instituição para elaborar um plano estratégico que aponte as prioridades a serem atendidas.

23

Carlos Simões (2008), em seu capítulo sobre "O Estado e a Constituição", na obra "Curso de Direito do Serviço Social", destaca que o Ministério Público tem o encargo de

- (a) fiscalizar os serviços públicos para que não atentem contra a democracia e os direitos sociais e civis dos cidadãos. Desde a Constituição de 1988, integra o Poder Judiciário.
- (b) fiscalizar os serviços públicos para que não atentem contra a democracia e os direitos sociais e civis dos cidadãos. Desde a Constituição de 1988, integra o Poder Executivo.
- (c) proteger e legitimar juridicamente as determinações da administração pública dentro dos preceitos democráticos, constituindo-se, operacionalmente, desde a Constituição de 1988, um verdadeiro quarto poder do Estado.
- (d) responsabilizar-se pela defesa dos direitos dos cidadãos que não têm recursos suficientes para pagar advogados privados, em todos os graus, de forma irrestrita e gratuita.
- (e) vigilar para que a ordem jurídica e o regime democrático sejam respeitados e o de defender os interesses sociais e individuais indisponíveis, até mesmo contra entes estatais. Desde a Constituição de 1988, tem autonomia funcional e administrativa, diante do Poder Executivo.

Marta Buriolla, em sua obra "Supervisão em Serviço Social" (1994), atribui os seguintes papéis prioritários ao supervisor de alunos:

- (a) educador; transmissor de conhecimentosexperiências e de informações; facilitador; autoridade; avaliador.
- (b) orientador; mediador; facilitador; avaliador.
- (c) educador; terapeuta profissional; mediador; avaliador.
- (d) orientador; mediador; promotor da práxis; transmissor de conhecimento-experiência.
- (e) educador; terapeuta profissional; facilitador; autoridade; avaliador.

25

Behring e Boschetti (2006) apontam a natureza contraditória da política social, ou seja,

- (a) a política social pode assumir um caráter contraditório no discurso e permanecer inerte nas práticas sociais.
- (b) a política social pode assumir tanto um caráter de espaço de concretização dos direitos dos trabalhadores quanto ser funcional à acumulação capitalista e à manutenção do status vigente.
- (c) a política social se renova na legislação, adquirindo um caráter focalista, mas permanece universal.
- (d) a política social adota princípios capitalistas, mas tem por objetivo principal construir práticas embasadas em ideais socialistas.
- (e) a política social articula movimentos sociais, mas determina uma legislação restrita, cabendo ao Serviço Social prescrever seu objeto ético-político para fomentar uma sociedade mais justa e igualitária.

26

O Conselho Federal de Serviço Social (2003) define estudo social como sendo

- (a) uma avaliação, um exame ou vistoria, solicitada ou determinada sempre que a situação exigir um parecer técnico ou científico de determinada área do conhecimento, que contribua para uma tomada de decisão.
- (b) uma apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social,

- enquanto objeto da intervenção do assistente social no seu cotidiano laborativo.
- (c) um processo resultante de um documento constituído por uma introdução que indique demandas e objetivos, uma identificação breve dos sujeitos envolvidos, metodologia aplicada na abordagem com os sujeitos, relato analítico da construção histórica da questão estudada e de seu estado atual e uma conclusão que deve apontar o posicionamento profissional do assistente social.
- (d) um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais.
- (e) um diagnóstico prévio elaborado pelo Serviço Social ou equipe multidisciplinar que sirva de subsídio para objetivar abordagens técnicas posteriores.

27

Minayo (2008) define entrevista semiestruturada como sendo uma coleta de informações

- (a) em que o informante é convidado a discorrer livremente sobre o tema em foco, respondendo, ocasionalmente, a perguntas do entrevistador, ficando sob a responsabilidade deste último o rumo e a conclusão da entrevista.
- (b) que usa dispositivos visuais como fotos, gravuras, contos, poesias para discorrer sobre o que vê e lê. É usada quando precisa abordar assuntos difíceis e delicados.
- (c) que pode utilizar como fontes de informação dados primários e secundários, não sendo o entrevistado, necessariamente, o informante principal.
- (d) quando se destina a esclarecer apenas um determinado problema, utilizando perguntas abertas.
- (e) que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistador tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.

30

O CFESS (2003) destaca que o parecer social

- (a) não pode ser uma comprovação de informação e não deve possuir um caráter de fiscalização: ele é um viabilizador de direitos.
- (b) não pode ser um relatório descritivo, deve ser apresentado em documento suscinto de forma a comprovar a situação em questão.
- (c) deve ser apresentado em documento com informações objetivas e detalhadas com fontes de comprovação da situação exposta, para viabilizar decisões sobre concessão de direitos.
- (d) deve resultar em um documento que resulte de estudo social e que indique todas as fontes de informações para facilitar possíveis investigações, assegurando a tomada de decisão.
- (e) deve ser um instrumento de inclusão social, contendo a opinião técnica do assistente social e se expressar como um facilitador na tomada de decisões.

29

Segundo Alfred Benjamin, a Entrevista de Ajuda divide-se nos estágios conforme a descrição a seguir:

- (a) no estágio intermediário o assunto é situado, mas nem sempre aceito. O corpo principal da entrevista não é desenvolvido e nem alcançado.
- (b) a última etapa da entrevista é a do encerramento.
 Nesta etapa pode ser introduzido material novo na discussão.
- (c) no estágio de abertura, quando é situado o assunto que motivou o encontro entre o entrevistado e entrevistador, no desenvolvimento e no encerramento do assunto.
- (d) no estágio final, os participantes da entrevista devem ter clareza de que está sendo encerrada e rejeitar o fato.
- (e) se o entrevistado não aceita o término da entrevista, você permanece sentado enquanto ele continua falando indiscriminadamente.

Minayo (2008) esclarece que "campo", na pesquisa qualitativa,

- (a) não é necessariamente o recorte espacial, desde que aborde o referencial teórico em estudo.
- (b) é o recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação.
- (c) é o recorte espacial, pré-definido pelos indicadores hipotéticos, do local onde deverá ser realizada a investigação.
- (d) é o tema da pesquisa, previamente estabelecido teoricamente, situado em seu tempo, espaço e sujeitos partícipes do processo de investigação.
- (e) é o conjunto de variáveis que integram uma pesquisa: o problema, o referencial teórico, a metodologia, os recursos, os sujeitos e lugares envolvidos.

31

Para Alfred Benjamin,

- (a) a Entrevista de Ajuda irá proporcionar ao entrevistado uma mudança no seu cotidiano.
- (b) a Entrevista de Ajuda é a experiência que altera de forma negativa o relacionamento com o usuário.
- (c) a Entrevista de Ajuda não provoca uma mudança no entrevistador.
- (d) a Entrevista de Ajuda distribui recursos à nossa disposição.
- (e) a Entrevista de Ajuda é sinônimo de assistencialismo.

32

A compreensão é um dos aspectos importantes no desenvolvimento da entrevista. **São formas de compreensão:**

- (a) conhecer a pessoa através dos olhos dos outros, e através dos nossos.
- (b) deixar tudo de lado, menos o nosso senso de humanidade.
- (c) aceitar tudo o que o outro nos diz.
- (d) saber "sobre" a pessoa que está sendo entrevistada, não sob a ótica dos outros, mas através dos nossos olhos.
- (e) ouvir o outro sem ressalvas.

De acordo com Silvana dos Santos, o CFESS atua na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. **Num momento de profunda mercantilização.**

- (a) diminui o desemprego assim como as múltiplas formas de violência na vida cotidiana, a criminalização dos movimentos sociais e de suas lideranças.
- (b) diminui a judicialização da questão social e a instituição do "Estado Penal", o que dá o tom do cenário contemporâneo por onde se movimentam os sujeitos nos diferentes espaços sócioocupacionais.
- (c) o processo capital x trabalho, na atual conjuntura, se agrava a partir da exploração e da desigualdade social.
- (d) há um entendimento de que só a formação acadêmica influencia na atuação dos profissionais de Serviço Social.
- (e) tudo o que acontece na vida cotidiana é determinado pelas condições estruturais da sociedade e independente da ação dos sujeitos.

34

Nos últimos vinte anos, os assistentes sociais têm seus espaços, condições e relações de trabalho precarizadas e quase que totalmente destituídas de direitos. **Assim sendo**,

- (a) o profissional deve ter o domínio de um referencial teórico-metodológico, mas não é isso que o ajuda a fazer uma leitura mais correta da realidade.
- (b) a atual configuração do mercado de trabalho depende apenas dos assistentes sociais com um perfil profissional específico, independente da sua formação acadêmica.
- (c) não enfrentam expressões de exploração e dominação do capital sobre o trabalho, assim como não efetivam respostas no campo dos direitos
- (d) as respostas dos assistentes sociais dependem de eles assumirem a sua condição de trabalhadores assalariados, mas não de obterem o domínio de um referencial teórico-metodológico.
- (e) as suas respostas dependem de o profissional assumir a sua condição de trabalhador assalariado e de ter o domínio de um referencial teórico-metodológico que o ajude a fazer uma leitura mais correta da realidade.

De acordo com João Bosco Lodi, as respostas de uma entrevista devem preencher alguns requisitos, tais como:

- (a) a especificidade das respostas deve ser evitada na entrevista.
- (b) a relevância da resposta só pode ser constatada quando os objetivos da entrevista estão claramente definidos.
- (c) a profundidade das respostas está relacionada com os sentimentos, pensamentos do entrevistado.
- (d) a clareza verbal não contribui para a especificidade das perguntas e depende da formação acadêmica do entrevistador.
- (e) as entrevistas com perguntas abertas devem ser evitadas com usuários do Serviço Social.

36

A Assistência Social tem sido uma das mediações mais tradicionais e persistentes no exercício profissional do assistente social, e a implantação do SUAS ampliou as possibilidades de trabalho profissional nos novos espaços ocupacionais, entre eles,

- (a) os Centros de Referência de Assistência Social
 (CRAS) e os Centros Especializados de Assistência Social (CREAS).
- (b) os Institutos que demarcam o desenvolvimento de novas habilidades e competências para a gestão pública.
- (c) os centros sociais onde se determinam demandas profissionais na perspectiva da competência crítica, de modo a não sucumbir ao discurso competente requisitado pelas instituições empregadoras.
- (d) as políticas sociais que viabilizam uma intervenção continuada e estratégica da ação do Estado sobre a sociedade.
- (e) mediações teóricas, técnicas, éticas e políticas na perspectiva da competência competitiva.

A documentação exerce, para o Serviço Social, um papel fundamental para o desenvolvimento de sua ação profissional. É documentação do Serviço Social:

- (a) Relatórios Processuais Condensados, apenas.
- (b) Agenda e Diário de Estágio.
- (c) Relatórios Processuais Operativos.
- (d) Estudo Social.
- (e) Relatórios Processuais Descritivos; Relatórios Processuais Condensados, Diário de Estágio e Agenda.

38

De acordo com Maria da Graça Türck, o Relatório Processual Condensado é um instrumento utilizado pelo Serviço Social

- (a) como instrumento utilizado em supervisão.
- (b) a partir do qual o aluno-estagiário vai fortalecendo a identidade profissional.
- (c) nos prontuários existentes nos espaços institucionais.
- (d) apenas como um instrumento de supervisão.
- (e) como um ensaio para a elaboração do produto final do processo de trabalho do assistente social.

39

O Estudo Social é uma forma de documentação utilizada pelo Serviço Social para

- (a) propiciar interlocução dos usuários na garantia de seus direitos.
- (b) determinar a situação socioeconômico da família e de moradia.
- (c) vincular com o objetivo a que o assistente social se propõe.
- (d) em um primeiro momento, "abrir os olhos" do profissional.
- (e) conhecer o cotidiano do usuário e evitar a repercussão de paradigmas por parte do profissional.

Segundo Vicente de Paula Faleiros, a produtividade e a competitividade desenfreadas em busca de lucro desencadearam um processo de questionamento da intervenção estatal em defesa da inclusão generalizada, não só em função de critérios econômicos, mas, também, políticos. **Isso porque**

- (a) economicamente as grandes empresas passaram a suprimir milhões de empregos e a explorar a mão de obra.
- (b) não diminuiu a miserabilidade já que houve exploração da mão de obra.
- (c) observa-se um empoderamento dos dispositivos de proteção social.
- (d) o Estado não perde força perante as organizações multinacionais.
- (e) o Serviço Social goza de autonomia e iniciativa de ação no Espaço Institucional assim como no Espaço Profissional.